



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13181 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

Lauro Rafael Cruz - UFPR - Universidade Federal do Paraná

UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

Resumo

Na presente pesquisa analisamos as mudanças no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em decorrência da Reforma do Ensino Médio (Lei°13.415/17). Trata-se de pesquisa qualitativa com fontes documentais que adota como referencial de análise a Teoria Crítica da Sociedade. O trabalho aponta uma tendência de instrumentalização da razão que se manifesta objetivamente na nova proposta de organização dos materiais didáticos avaliados e distribuídos por esse programa.

Palavras-chave: PNLD; Reforma do Ensino Médio; Teoria Crítica.

INTRODUÇÃO

Com a justificativa de garantir o direito à educação, firmado na Constituição Federal de 1988, combater a evasão escolar, melhorar a qualidade da escola e torná-la mais atrativa para os estudantes do séc. XXI, o Ministério da Educação (MEC) anunciou um conjunto de alterações na estrutura curricular e nas possibilidades de oferta e de financiamento do Ensino Médio. Tais ações foram orientadas principalmente por duas políticas educacionais articuladas: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC – Parecer CNE/CP n° 4 de 2018) e a Lei n° 13.415 de 2017.

Elaboradas sob um processo marcado por vários questionamentos a respeito da sua legitimidade, sob o ponto de vista formativo, ambas as políticas se fundamentam na perspectiva de formação por competências. Bastante conhecida no Brasil e no mundo por ser

promovida pelas diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), essa perspectiva pedagógica preconiza a formação de subjetividades adequadas aos novos padrões de empregabilidade e consumo que são desencadeadas pelas rápidas transformações tecnológicas (SILVA, 2008). Sob essa ótica, tratar-se-ia não mais de fornecer primordialmente o subsídio para o acesso ao conhecimento, mas o desenvolvimento de capacidades cognitivas e socioemocionais cujo modelo ideal, o sujeito empreendedor, é compreendido como aquele que é capaz de encontrar oportunidades diante da escassez de trabalho, das constantes crises econômicas e da redução dos direitos sociais.

A predominância do método em relação ao conteúdo imanente a essa perspectiva formativa, bem como a subordinação da educação a padrões de comportamento adotados a priori como válidos, são sintomas de recrudescimento daquilo que Adorno e Horkheimer (2015) chamaram de razão instrumental, uma racionalidade caracterizada pela coordenação de meios para fins, e que ao ser inserida nas políticas educacionais conduz para uma formação que impede os sujeitos de irem além da imediatividade da realidade social.

Para além das mudanças estruturais nos currículos do Ensino Médio nos diferentes estados da federação - nas quais se percebe uma enorme redução de carga horária de muitas disciplinas (MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DO ENSINO MÉDIO, 2022) – entre as implicações da BNCC e da Lei nº 13.415 de 2017 destaca-se também a reconfiguração de uma série de mediações curriculares que são reguladas por políticas educacionais. É o caso dos cursos de formação inicial e continuada de professores, das avaliações nacionais e dos materiais didáticos.

Consideramos que as mudanças nos materiais didáticos demandavam uma atenção particular uma vez que esses foram identificados pelo MEC como instrumentos privilegiados de indução à implementação das mudanças estruturais no currículo. A proposta do governo foi fazer com que, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), novos materiais didáticos chegassem às escolas, materiais esses que, em tese, seriam capazes de induzir a implementação da reforma e de aliviar a condição docente nesse contexto paradoxal.

Portanto, o objetivo dessa pesquisa é a de analisar algumas das implicações da BNCC e da Lei nº 13.415 de 2017 para o PNLD do Ensino Médio, especialmente no que diz respeito à sua concepção de política social.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa adotamos como referencial epistemológico e metodológico a dialética negativa adorniana, particularmente a noção de crítica imanente (ADORNO, 2009).

A dialética negativa se opõe a dois modelos bastante comuns nas pesquisas sociais, tanto às análises que concentram seus esforços apenas na descrição, quantificação e classificação dos dados quanto às que utilizam critérios externos ao fenômeno para refletir e julgar seus desdobramentos. De um modo distinto, a dialética adorniana parte dos conceitos e aspirações que os próprios fenômenos apresentam tensionando-os com aquilo que os escapa, o não-idêntico.

Para Adorno (2009), os conceitos deveriam ser assimilados em um duplo sentido, sendo

falsos e verdadeiros ao mesmo tempo. São verdadeiros porque contém uma mediação subjetiva da objetividade ao que se inserem – um momento da realidade que impeliu sua formação (ADORNO, 2009) - no entanto, também são falsos porque nunca conseguem captar a totalidade do ente (ADORNO, 2009). Assim, diante da verdade e da falsidade inerente aos conceitos, caberia à teoria crítica acolher na reflexão teórica os dados objetivos da realidade que escapam à totalidade conceitual. De acordo com o frankfurtiano, ainda que o pensamento não seja capaz de captar a totalidade do real, a crítica imanente permite conhecer melhor o fenômeno no seu período histórico, preservando também a sua potencialidade que aponta sempre para a superação das formas de vida reificadas vigentes, para a emancipação humana.

Partindo dessa noção de crítica imanente, realizamos uma pesquisa qualitativa analisando documentos oficiais que orientam as mudanças no PNLD do Ensino Médio: BNCC, Lei nº 13.415 de 2017, Decreto 9099 de 2017, Edital MEC/FNDE nº 3 de 2019 e audiências públicas transcritas. Apresentamos uma síntese dos resultados da análise a seguir.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

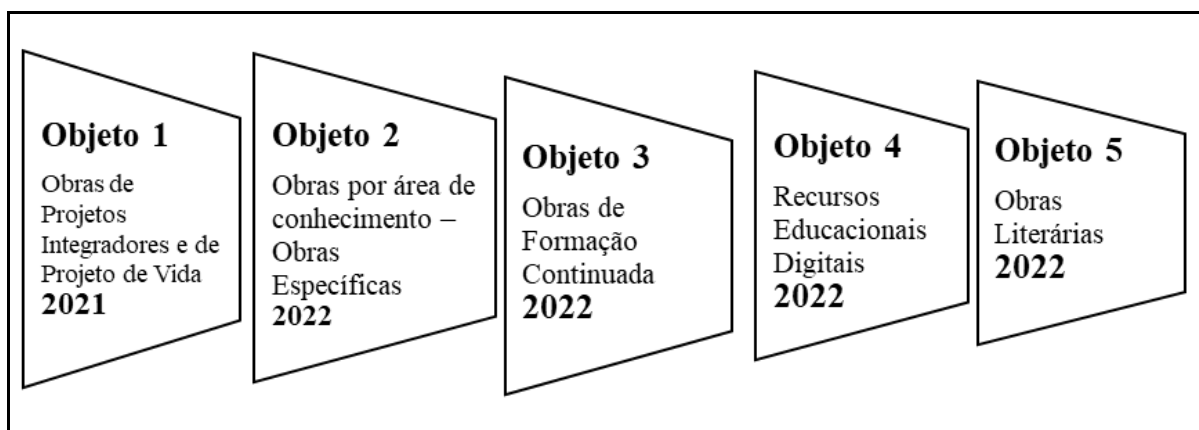
Criado oficialmente no ano de 1985, em continuidade à longa história de políticas para o livro didático no Brasil, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) se consolidou ao longo dos anos como um dos maiores programas de compra, avaliação e distribuição de livros didáticos do mundo. Diretamente influenciado pelo contexto de redemocratização do país, sua aspiração principal parte do reconhecimento de que para uma democracia funcionar em um país desigual como o Brasil, mais do que o direito ao voto, é necessário fornecer ao conjunto da população brasileira as condições necessárias para o exercício da sua cidadania; sendo uma dessas condições o direito à educação e o acesso à cultura.

Foi somente na década de 90 que o PNLD atingiu as grandes proporções que possui atualmente. Ao ser concebido como um mecanismo fundamental de indução à reforma educacional da época, especialmente para a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o governo destinou uma boa quantidade de recursos regulares para esse programa e instituiu um processo de avaliação dos livros didáticos com base nesses parâmetros (SOUZA, 2005).

De modo similar, recentemente o programa passou por uma nova reestruturação com o objetivo de induzir à implementação da BNCC e da Lei nº 13.415 de 2017. A primeira movimentação nessa direção se deu por meio do Decreto nº 9099 de 2017, no qual o MEC modificou o próprio nome do PNLD, que passou a ser chamado de Programa Nacional do Livro e do Material Didático, abrindo a possibilidade de que novos recursos pudessem ser adquiridos por esse programa para além dos tradicionais livros didáticos. À medida em que as maiores alterações da reforma foram executadas no âmbito do Ensino Médio – definidas pela Lei nº 13.415 de 2017 – foi também nessa etapa de ensino que apareceram as maiores alterações.

O Edital MEC/FNDE nº 03 de 2019, referente ao novo PNLD do Ensino Médio foi organizado em cinco recursos de mediação curricular chamados de objetos educacionais, conforme disposto no quadro abaixo.

FIGURA 1- COMPOSIÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS DO NOVO PNLD DO ENSINO MÉDIO



Fonte: elaborado pelo autor com base no Edital MEC/ FNDE nº 03 de 2019

Os dois primeiros objetos são o mais próximo que restou dos antigos livros didáticos por disciplina. Em audiência pública, o Ministério da Educação justificou essa alteração a partir dos seguintes argumentos:

Bom, a gente tinha uma produção focada muito em objetos de conhecimento, e que isso também tá posto na BNCC do ensino fundamental, e chega no ensino médio esses objetos de alguma maneira se tornam mais genéricos, mas aí eu continuo com algo muito forte que é essa aprendizagem de competências e habilidades, que são os ditos processos cognitivos (...)o Novo Ensino Médio ele é metodológico, os objetos de conhecimento, os conteúdos estão no mundo, certo? Tanto é que eles viram grande parte desses objetos no Ensino Fundamental ou é facilmente encontrado na internet. Porque que a gente está trabalhando por projetos, com temas integradores específicos que rodeiam por áreas? (...) Porque não importa tanto o objeto, importa o que? A metodologia (João Quaresma, Consultor da Diretoria de Apoio às Redes de Educação Básica do MEC, 2019).

A mudança no modo de organização das obras está diretamente relacionada à mudança no foco formativo apresentado pela Reforma. Ao assumir no novo ensino médio os conteúdos se tornaram mais genéricos, e em seu lugar são instituídos processos cognitivos metodológicos, as obras por disciplinas foram substituídas por obras de projetos e áreas de conhecimento. Isso não significa que a dimensão do conhecimento não seja considerada relevante nas novas obras didáticas, mas que para que um conhecimento seja considerado válido ele deve cumprir uma funcionalidade, deve ser um meio e não um fim. Desse modo, ao buscar aproximar as novas obras da realidade dos estudantes, tornando-as atrativas, o novo PNLD do Ensino Médio promove uma reprodução da vida cotidiana em seu em seu sentido mais violento, não permitindo um distanciamento que é uma condição para o desenvolvimento da autonomia intelectual.

Um dos maiores exemplos desse elemento está na maneira como o novo PNLD pressupõe que a história deve ser assimilada nas novas obras, tendo em vista sempre o critério da funcionalidade para resolução de problemas imediatos.

A BNCC inverteu toda essa lógica, ela parte do presente e eu vou pinçar os aspectos passados e, vendo sempre dá característica da utilidade daquilo. Eu tenho uma formação também em administração, é como se eu fosse fazer um plano de negócios. Então quando eu vou fazer o meu plano de negócios eu tenho estudo de viabilidade econômica, uma série de coisas, ou seja, uma série de problemas que eu vou me reportar a conhecimentos (...) Então ele parte de um problema da atualidade, valendo-se de experiências que ele pode não ter vivido, mas ele pode buscar esses

conhecimentos no passado para resolver a situação dele. Então essa é a lógica que a gente considera o grande desafio na construção de obras (Sebastião Vitalino, Coordenador Geral dos Programas do Livro do Ministério da Educação, 2019).

A ampliação nos recursos educacionais com as obras de formação inicial e continuada dos professores e gestores e os recursos educacionais digitais, por sua vez, justificam-se em face das profundas alterações realizadas pela reforma do Ensino Médio. Considerando a mudança curricular e a sua repercussão sobre a profissão docente, o MEC considerou necessário distribuir novos recursos educacionais que dessem mais segurança ao professor.

O PNLD conectado, ele tem uma especificidade, eu já falei isso, mas eu repito, muito bonita. Até então o PNLD era focado muito no livro do estudante. Desta vez a gente entra com força na formação continuada dos professores. Vídeoaula é para professor se localizar, sempre lembrando aquele professor que trabalha 40 horas semanais, ele tem pouquíssimo tempo, então ele precisa de algo próximo a um tutorial... - Pera aí, é isso, é isso que eu tenho que fazer, eu vou olhar aqui no meu WhatsApp, no meu celular, e vou entrar. (João Quaresma, Consultor da Diretoria de Apoio às Redes de Educação Básica do MEC, 2019).

A ideia de que os materiais didáticos devem funcionar como tutorias sob os quais mostra uma tendência de esvaziamento da função intelectual do professor, deslocam esse profissional da posição de portador e produtor de um saber específico, com base em ciências de referência, para um acompanhante de um processo de aprendizagem pré-determinado pelo aparato técnico. Como todo tutorial, concebe-se as novas obras didáticas como um “passo-a-passo” para as aulas.

Cabe assinalar que, ainda que se saiba que as salas de aula são lugares muito mais complexos do que tutoriais possam prever, a aposta é de que, considerando o conhecido quadro de precarização docente para um professor que trabalha 40 horas e que tem pouco tempo de planejar a sua aula, ele estaria mais suscetível para utilizar um tutorial que lhe permitisse abrir o celular, ler o que fazer e entrar em sala de aula.

CONCLUSÕES

A pesquisa evidenciou que na nova organização do PNLD do Ensino Médio, ainda que os recursos sejam significativamente ampliados, isso não se reverte em uma melhoria qualitativa das potencialidades emancipatórias dessa política social. Um dos motivos para tanto se deve à impossibilidade de se pensar a autonomia política em contexto onde os processos macroeconômicos e tecnológicos são assumidos como processo inevitáveis, mais ou menos autônomos, dos quais não faz sentido apresentar nenhuma oposição. Como resultado, há um esvaziamento do próprio sentido de política social do PNLD cuja a aspiração, desde a sua instituição, é de promover uma cidadania ativa, autônoma e crítica.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, T. W. **Dialética Negativa**. 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BRASIL. Decreto nº 9.009 de 18 de julho 2017. Dispõe sobre Programa Nacional do Livro Didático. Brasília, DF: Senado Federal. 2017.

_____. Edital de Convocação nº 03 de 2019. Convoca para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2021. Didático. Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2019.

_____. Audiência pública - PNLD 2021. 03 de outubro de 2019. Disponível em: . Acesso em abril de 2021.

MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DO ENSINO MÉDIO. Carta ao GT transição. 08 de dezembro de 2022. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/images/movimento_nacional_em_defesa_do_ensino_med Acesso em abril de 2023.

SILVA, M. R. DA. Currículo e competências: a formação administrada. São Paulo: Cortez. 2008.

SOUZA, P. R. **A revolução Gerenciada**: educação no Brasil, 1995-2002. 1.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.